

18 – TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2025

Da Penitenciária de Três Corações, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para Tratamento Psiquiátrico Temporário:

Luis Gustavo Henrique - 1123601	Três Corações
---------------------------------	---------------

Do Presídio Regional de Montes Claros, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para exame de sanidade mental:

Welson Braz dos Santos -398339	Montes Claros
--------------------------------	---------------

Do Presídio de São João Del Rei, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para Tratamento Psiquiátrico Temporário:

Wellington Rogério Costa - 1124300	São João Del Rei
------------------------------------	------------------

Do Presídio de Itambacuri, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para exame de sanidade mental:

Edmilson Lopes da Silva -254652	Itambacuri
---------------------------------	------------

Do Presídio de Pouso Alegre, para o Hospital Psiquiátrico e Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena, para exame de sanidade mental:

Romulo Alves de Oliveira - 1100016	Pouso Alegre
------------------------------------	--------------

Do Presídio de Campos Gerais, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para Tratamento Psiquiátrico Temporário:

Edmilson Aparecido de Carvalho - 594592	Campos Gerais
---	---------------

Do Presídio Promotor José Costa, em Sete Lagoas, para o Centro de Apoio Médico e Pericial, em Ribeirão das Neves, para Tratamento Psiquiátrico Temporário:

Paulo Sergio Pereira de Jesus - 587446	Sete Lagoas
--	-------------

A Unidade Prisional poderá imediatamente efetivar a transferência, após tomar conhecimento da autorização, via Despacho SEI, contudo, o prazo de validade do Despacho, NÃO poderá exceder o prazo de 20 dias a contar da publicação no jornal de Minas Gerais. Não ocorrendo a apresentação dos custodiados nos estabelecimentos prisionais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas, conforme estabelecido no Memorando-Circular nº 2/2021/SEJUSP/SGVC.

Em caso de descumprimento dos prazos estipulados será passível de ser reconhecida possível desobediência de ordem legal e o servidor responsabilizado por crime de improbidade administrativa, nos termos do Art. 11, Inc. I e II, Lei 8429/92, salvo, mediante prévia e fundamentada justificativa.

Belo Horizonte, 14 de Janeiro de 2025
Fábio César Simões Moreira
Superintendente de Gestão de Vaga

13 2031956 - 1

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PAD Nº 396/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 10 de setembro de 2022, bem como no Parecer nº 4/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade de REPREENSÃO ao processado JOSE ERIVELTON OLIVEIRA SILVA - MaSP 1.107.041-4, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 3, lotado na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá I à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância do disposto no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Ainda, ARQUIVA os autos em face de CARLOS ADRIANO RAMOS COSTA - MaSP 1.106.816-0, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, também lotado na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados e do advogado Adilson Mendes Costa Junior OAB/MG 125.751 e Soraia Félix de Souza OAB/MG 117.475. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por EDELSON WINSTON MEDEIROS DE ANDRADÉ - MaSP 1.108.421-7, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 198/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de novembro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 9/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Cesar Augusto G. S. Assis OAB/MG 167.448. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por LEONARDO GERALDO DE SOUSA - MaSP 1.236.719-9, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 218/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 31 de outubro de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 16/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Marco Antônio Lopes OAB/MG 123.639. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 233/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 1º de junho de 2023, bem como no Parecer nº 14/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de ALEXANDRE DA PAIXAO AGUILAR - MaSP 1.150.570-8, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 2, e NABILA MAYRE REBOLSA - MaSP 1.444.076-2, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotados na Penitenciária de Belo Horizonte I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa

dos processados acima qualificados, do advogado Luiz Fernando da Silva Santos OAB/MG 144.844 e do defensor dativo Washington Souza Santos - MaSP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentados por ALEX ALAN SOARES DE SOUZA - MaSP 1.124.465-4 e WASHINGTON MENEZES DA SILVA - MaSP 1.198.108-1, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 279/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de dezembro de 2024, resolve negar-lhes provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 926/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos recorrentes acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 499/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 12 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 5/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025, aplica a penalidade de REPREENSÃO ao processado PAULO JOSE MIGUEL DE CASTRO - MaSP 1.435.560-6, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotado no Presídio de São Joaquim de Bicas II à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso I, por inobservância do disposto no art. 216, inciso V, c/c art. 245, caput, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 077/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 29 de dezembro de 2022, bem como no Parecer nº 17/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2025, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de GUILHERME DIMAS SALDANHA - MaSP 1.483.354-5, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 2, lotado na Penitenciária de Ribeirão das Neves I - José Maria Alkimim - à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Sílas Leandro G. S. Almeida OAB/MG 183.947. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PDS Nº 028/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de julho de 2023, bem como no Parecer nº 910/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de IVAN DIAS DE ALMEIDA - MaSP 1.479.592-6, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 1, e WILLIAN GRIPP SOARES - MaSP 1.492.784-2, desligado do contrato de trabalho temporário no cargo de Policial Penal, admissão 2, lotados na Penitenciária de Ponte Nova I à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSET-SEJUSP/PAD Nº 439/2023, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 5 de outubro de 2023, bem como no Parecer nº 925/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA o presente processo instaurado em face de VANESSA FERNANDES - MaSP 1.373.765-5, ocupante do cargo de Policial Penal, admissão 1, lotada na Penitenciária de Juiz de Fora I - José Edson Cavalieri à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa da processada acima qualificada, do advogado Luiz Antônio de Oliveira Lima OAB/MG 151.952. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

13 2031918 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 075/2022, Bruno Fernandes Rodrigues, conforme PORTARIA/NUCAD/Cset - SEJUSP/PDS Nº 075/2022, com extrato publicado no Minas Gerais de 29 de dezembro de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado para, querendo, comparecer às audiências das testemunhas a serem realizadas em 06/02/2025 (quinta-feira) às 09h00, 10h00 e 11h00, bem como para seu INTERROGATÓRIO que será realizado no mesmo dia às 14h00 por modalidade de videoconferência através do Microsoft Teams, ficando a comissão à disposição através do endereço de e-mail: comissaoter74@gmail.com para solicitar o link de acesso às audiências e/ou dirimir eventuais dúvidas. Caso o processado não compareça à referida audiência das testemunhas e ao seu INTERROGATÓRIO, o defensor dativo designado por esta comissão processante será responsável por acompanhar todos os atos deste procedimento administrativo, conforme a Portaria supramencionada, em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988. João S. Filho - Masp 1.25x.x04-0 – PROCESSOADO NO PDS 075/2022.

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2025

Bruno Fernandes Rodrigues
MASP 1.208.292-1
Presidente da Comissão

09 2030917 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA exonera, a pedido, nos termos do artigo 106, alínea “a”, da Lei nº. 869 de 5 de julho de 1952, os servidores relacionados, ficando os mesmos cientes da necessidade de procurar a Diretoria de Pagamentos, para regularizar possíveis pendências em sua situação funcional: MASP 1601781-6 EDUARDO FÉLIX DE CARVALHO, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 09/12/2024.

MA SP 1605575-8 ISADORA MEDEIROS DE ALMEIDA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 18/12/2024.

MA SP 1442715-7 FELIPE LOPES DE SOUZA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau C, a contar de 29/01/2024.

MA SP 1596392-9 JOSÉ JACINTO LIMA JUNIOR, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 02/12/2024.

MA SP 1435989-7 JADSON MENDES DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau C, a contar de 17/11/2024.

MA SP 1605878-6 MARCUS VINÍCIUS PORTO MADUREIRA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 25/11/2024.

MA SP 1372584-1 MARIO HENRIQUE DA ROCHA LIMA FREIRE, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível II, Grau D, a contar de 18/12/2024.

MA SP 1378475-6 RONALD DA SILVA MIGUEL, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau D, a contar de 19/12/2024.

MA SP 1605142-7 VICTOR AFONSO SILVA, do cargo de provimento efetivo de POLICIAL PENAL, Nível I, Grau A, a contar de 17/12/2024.

Rogério Greco
Secretário de Estadode Justiça e Segurança Pública

13 2031893 - 1

ATO 25/2025- TORNA SEM EFEITO CONCESSÃO DE PROMOÇÃO

Torna sem Efeito na Resolução SEJUSPnº 643/2024, publicada em 02/04/2024, que dispõe sobre progressão na carreira, a parte referente a servidoraELAINE ASSIS RESENDE, MASP: 1436873 / 2, por motivo de concessão indevida.

Belo Horizonte, 08 janeiro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

11 2031684 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira, ao servidor:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR		NOVA SITUAÇÃO		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
CASSIO FERNANDES DE ARAUJO	11575925	GAMB	III	B	III	C	24/12/2024

13 2032116 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Rafael de Fuccio Junior/ Fazenda São Mateuzinho, Matr. 24877, 28363, 28364 e 28365 - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Ibiá/MG - PA/SLA nº 4683/2024, Classe 3. Motivo: falhas nas informações que instruem o processo.

(a)Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

13 2031963 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo DEFERIMENTO cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1)Delta Suroenergia S.A/ Fazenda Santo Inácio, Matr. 22395, 22687, 22766, 107975, 107934 e 109244 - Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Conceição das Alagoas e Uberaba/MG - PA/SLA nº 4563/2024, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

13 2031944 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha torna que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada

- Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS: 1) ROBERTO JOSE CARVALHO, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Silvicultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo. Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Inimutaba/MG, PA nº 1246/2024, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 13/01/2035.

Carla Fernanda de Araújo.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha.

13 2031954 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Condomínio Oito de Dezembro - SPE Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, São João Del Rei/MG, PA nº 200/2025, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Josimar de Souza Santos, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Cruzília/MG, Processo nº 75/2025. 2. Caio Alberto Carvalho Sales - Faz. Três Irmãos - Matrículas: 9329 - 10105 - 16302, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), São Gonçalo do Sapucaí/MG, Processo nº 122/2025. 3. Jose Fernando da Silveira, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Guaranésia/MG, Processo nº 117/2025.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 50, DE 13 DE JANEIRO DE 2025.

Altera a Resolução SEJUSP nº 1733, de 17 de setembro de 2024, para indicar novo membro suplente para composição do Grupo de Trabalho. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições previstas no Art. 93, § 1º, Inciso III, da Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023, e no Decreto Estadual nº 48.659, de 28 de julho de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Os incisos IV e V do art.2º da Resolução SEJUSP nº 1733, 17 de setembro de 2024, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º.....

IV

a) Leonardo Silva Moraes, Masp 753061-1, titular;
b) José Ilton Filho Martins de Almeida, Masp 1303156-2, suplente;
c) Sônia Maria Pires Pereira, MASP 1.253.361-8, suplente;
V

a) Sabrina Silva Machado, Masp 1367946-9, titular;
b) Cláudia Márcia Lima Machado, Masp 1458508-7, suplente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2025.

Rogério Greco
Secretário de Estado de Estado de Justiça e Segurança Publica

13 2031833 - 1

ATO Nº 26/2025 - RETIFICA PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE ADICIONAL

Retifica na Resolução SEJUSP Nº 2140 de 23 de dezembro de 2024, publicada em 27 de dezembro de 2024, que dispõe sobre Promoção por Escolaridade Adicional, concedida à servidora Monia Renata Diniz Silva – MASP: 1170325/3, em função de erro material. Onde se lê: “Art. 1º - Resolução SEJUSP Nº 156, de 17 de fevereiro de 2023(...)”

Leia-se: “Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 156, de 17 de fevereiro de 2023(...)”.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2025.

ROGERIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

13 2031702 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) LAS CADASTRO - Licenciamento Ambiental Simplificado: *Murilo da Silveira Coelho, Mauricio Silveira Coelho, Roberto Silveira Coelho, Rubens Silveira Coelho e Maria Lúcia Silveira Coelho Denipote - Fazenda Campo Grande (Matrículas 17.706, 17.707 e 9.037), Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Jacui/MG, Processo nº 32264612/2018, Classe 2. Válida até: 09/10/2028, dos responsáveis Murilo da Silveira Coelho, Mauricio Silveira Coelho, Roberto Silveira Coelho, Rubens Silveira Coelho e Maria Lúcia Silveira Coelho Denipote, CPFs 31*.***.***-15, 40*.***.***-68, 61*.***.***-49, 32*.***.***-72 e 48*.***.***-72, para os novos titulares Nagib Taiair Neto e Paulo Wildes Santos Fagundes, CPFs: 04*.***.***-90 e 29*.***.***-87.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

13 2032079 - 1

EXTRATO DE DECISÃO SEMAD/ASSOC - SE.COPAM Nº. 2/2025 - EFEITO SUSPENSIVO - TERRAPLANAGEM HF LTDA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL, considerando o poder-dever de autotutela e considerando o poder geral de cautela que regem a Administração Pública, nos termos do art. 57, parágrafo único, da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002 e do §2º do art. 6-A do Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, torna público o EFEITO SUSPENSIVO aplicado à decisão do item 8.1 da pauta da 190ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), realizada em 25 de maio de 2024, Terraplanagem HF Ltda., até que sobrevenha a decisão final de análise de controle de legalidade.

Leonardo Monteiro Rodrigues
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Secretário Executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental

13 2032103 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foram REQUERIDAS as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas: 1) Manoel Jose Soares Vilela Filho/ Fazenda Parnaíba, Matr. 57.738 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Carneirinho/MG - PA/SLA nº 188/2025, Classe 2- 2) Zauli Vilela da Cunha/ Fazenda Barreiro, Matr. 58.245 e 58.528 - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Carneirinho/MG - PA/SLA nº 185/2025, Classe 3.

(a) Bruno Neto de Ávila.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

13 2031947 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

LAS-RAS: 1) Leonardo de Almeida Braga/Fazenda Campo Alegre Matric.80.542 + Fazenda Boa Esperança, Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura. Formiga/MG, Processo nº 186/2025, Classe 2. *LAC2- LOC: 2) Frigorífico Frilara Ltda. Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc) e Compostagem de resíduos industriais, Itaguara/MG, Processo nº 194/2025, Classe 5.

Sra. Kamila Esteves Leal.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202501132354450118.

MINAS GERAIS

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAS-RAS: 1) Vinicius Calixto Leão, Suinocultura e Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Martinho Campos/MG, Processo nº 3979/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 03/12/2031. Sra. Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

13 2032050 - 1

O Chefe Regional da Unidade de Regularização Ambiental, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi firmado o Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado: *Erasmo Carlos Rabelo/Fazenda Claro, Campo Alegre, Campo Alegre ou Paraíso (Largo do Campo Alegre) e Arrenegado. Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Suinocultura; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo e Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d’água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal. – Gurda-Mor/MG – Solicitação SEI nº. 1370.01.0004032/2023-40. – Classe 4 – Vigência: 02 (dois) anos contados a partir de 23/12/2024.

(a) Bruno Neto de Ávila Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro

13 2032117 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 16 da Lei 15.461, de 13 de janeiro de 2005, concede progressão na carreira ao servidor, em decorrência do cumprimento a decisão judicial no processo nº 5179556-69.2017.8.13.0024:

NOME	MASP	CARREIRA	SITUAÇÃO ANTERIOR	NOVA SITUAÇÃO	VIGÊNCIA
ZELVANO SANTIAGO DA SILVA	12518809	AAMB	NÍVEL V	GRAU D	17/12/2024

13 2032118 - 1

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, por 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 869, DE 05/07/1952, do servidor LIBERIO JUNI DA SILVA, referente ao cargo de provimento em comissão o DAI-16 MA1100093, de recrutamento amplo, do quadro de pessoal da Fundação Estadual do Meio Ambiente

13 2032119 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Triângulo do IEF torna público que o requerente solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme processo abaixo identificado:

*Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda/Implantação de Rede de Distribuição de Energia - Fazenda Santa Vitória I e II e Fazenda Crystal – CNPJ **981.751/0001.** – Supressão de cobertura vegetal nativa com destaca – Santa Vitória/MG - Processo Nº 2100.01.0030242/2024-15: em 10/01/2025.

(a) Carlos Luiz Mamede O Supervisor Regional da URFBio Triângulo.

13 2032129 - 1

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF retifica publicação de solicitação de autorização de intervenção ambiental ocorrida em 13/12/2024, página 27, conforme o (s) processo (s) identificado (s): *Fernando Maik Resende, Cacheira dos Foros, Areão e Pasto da Pedreira, CPF Nº: 079.***.***-64, Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, Lagoa Dourada-MG, Processo Nº: 2100.01.0044605/2024-20, em: 04/12/2024; *José Aldo dos Santos Filho, Tapera na Fazenda do Viegas e Fazenda Bandeira, CPF Nº: 321.***.***-79, Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, Nazareno-MG, Processo Nº: 2100.01.0043626/2024-69, em 06/12/2024.

Barbacena, 13 de Janeiro de 2025 Ricardo Ayres Loschi Supervisor Regional do IEF

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONCESSÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF retifica publicação de concessão de autorização de intervenção ambiental ocorrida em 13/12/2024, página 27, conforme os processos identificados: *João Bosco Cipriani Galli ME, Colônia do Felizardo, CNPJ Nº: 03.448.533/0001-29, Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa, São João Del Rei-MG, Processo Nº: 2100.01.0002583/2024-05, área: 0,018 (ha), DAIA Nº: 2100.01.0002583/2024-05, Validade: 03 anos contados da concessão: 28/11/2024; *SPE Green USFV São João Del Rei II Ltda, Helena e Cabacinha, na Fazenda da Água Limpa, CNPJ Nº: 53.300.793/0001-20, Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva, São João Del Rei-MG, Processo Nº: 2100.01.0029081/2024-31, área: 7,42 (ha), DAIA Nº: 2100.01.0029081/2024-31, Validade: 03 anos contados da concessão: 06/12/2024.

Barbacena, 13 de Janeiro de 2025 Ricardo Ayres Loschi Supervisor Regional do IEF

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Centro Sul do IEF retifica publicação de solicitação de autorização de intervenção ambiental ocorrida em 24/12/2024, página 10, conforme o (s) processo (s) identificado (s): *Rafael Souza Fernandes, Fazenda Derrubado, CPF Nº: 137.***.***-45, Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, Moeda-MG, Processo Nº: 2100.01.0046728/2024-26, em: 13/12/2024; *MF Empreendimentos Imobiliários Ltda, Crispim e Menezes, CNPJ Nº: 17.755.242/0001-98, Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, Santos Dumont-MG, Processo Nº: 2100.01.0044145/2024-24, em: 16/12/2024; *Mineração Córrego Azul Ltda, Fazenda Capivari, CNPJ Nº: 28.574.231/0002-09, Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, Santos Dumont-MG, Processo Nº: 2100.01.0046113/2024-44, em: 19/12/2024.

Barbacena, 13 de Janeiro de 2025 Ricardo Ayres Loschi Supervisor Regional do IEF

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAC 2 - Licença de Operação corretiva: 1) Paulo de Tarso Pereira David/Fazendas Itapoã, Shangrilá, Candelária e São Vicente - Aquicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesque-pague, exceto tanque-rede; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo e Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura – Capitão Enéas e Janaúba/MG, PA/nº 2915/2023, Classe 4. Motivo: Não atendimento às informações complementares.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

13 2032114 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Fox Rental Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Contagem/MG, Processo nº 158/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS RAS): 1) Faraya Indústria Farmacêutica Ltda., fabricação de medicamentos, exceto aqueles previstos no item C-05-010, medicamentos fitoterápicos e farmácias de manipulação, Vespasiano/MG, Processo nº 196/2025, classe 2.

(a) Mateus Romão Oliveira Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

13 2031989 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, do Alto Paranaíba, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº 00672 publicada dia 03/09/2021. Onde se lê: Outorgado: Usuários de Águas da Região do PADAP – Sub-Bacia do Córrego Olhos D’Água. Ponto 01 - Elimar Rubens – Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’10”S e Long. 46°16’55”W. Ponto 02 - José Maria Ribeiro - CPF: 122.***.***-**. Coordenadas Geográficas: Lat. 19°23’22”S e Long. 46°17’18”W. Ponto B01.1 - Naohito Tsuge - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’18”S e 46°15’58”W – Finalidade: Irrigação de uma área de 169,0 ha. Ponto B01.2 - Naohito Tsuge - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’18”S e Long. 46°15’58”W - Finalidade: Irrigação de uma área de 317,0 ha. Ponto B02.1 - Makoto Edison Sekita - Finalidade: Irrigação de uma área de 75 ha. Ponto B02.2 - Makoto Edison Sekita - Finalidade: Irrigação de uma área de 75 ha. Ponto B03 - Makoto Edison Sekita - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°24’37”S e Long. 46°16’53”W - Finalidade: Irrigação de uma área de 76 ha. Ponto B04 - Fábio Massao Sakuma - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’18,5”S e Long. 46°16’27,6”W. Finalidade: Irrigação de uma área de 77 ha. Leia-se: Outorgado: Associação dos Irrigantes do Alto Paranaíba - Usuários de Água do Córrego Olhos D’Água. – CNPJ: 29.363.390/0001-46, Ponto 01 - Elimar Rubens - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’08,7”S e Long. 46°16’27,6”W. Ponto 02 - José Marcos Ribeiro - CPF: 019.***.***-**. e Makoto Edison Sekita - CPF: 328.***.***-**. Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’10”S e Long. 46°16’55”W. Ponto B01.1 - Naohito Tsuge - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’18,5”S e Long. 46°15’58,7”W. Finalidade: Irrigação de uma área de 283,5 ha. Ponto B01.2 - Naohito Tsuge - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°25’16,78”S e Long. 46°15’58,48”W - Finalidade: Irrigação de uma área de 344,3 ha. Ponto B02.1 - Makoto Edison Sekita - Finalidade: Irrigação de uma área de 258,21 ha. Ponto B02.2 - Makoto Edison Sekita - Finalidade: Irrigação de uma área de 150,0 ha. Ponto B03 - Makoto Edison Sekita - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°24’12,29”S e 46°17’01,31”W - Finalidade: Irrigação de uma área de 210,0 ha. Ponto B04 - Fábio Massao Sakuma - Coordenadas Geográficas: Lat. 19°23’22”S e Long. 46°17’18”W - Finalidade: Irrigação de uma área de 110,0 ha. Municípios: Rio Paranaíba e São Gotardo – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGALTO PARANAÍBA. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 13 de Janeiro de 2025.

13 2032083 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGALto Paranaíba, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº 2101185 publicada dia 15/03/2024. Onde se lê: Outorgado: Ricardo Yoshio Muraoka. CPF: 054.***.***-07. Leia-se: Outorgado: Franciso Kouji Takahasi. CPF: 021.***.***-80. Município: Coromandel – MG. Retifica-se a portaria nº 2101186 publicada dia 15/03/2024. Onde se lê: Outorgado: Ricardo Yoshio Muraoka. CPF: 054.***.***-07. Leia-se: Outorgado: Franciso Kouji Takahasi. CPF: 021.***.***-80. Município: Coromandel – MG.

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Secretária: Luísa Cardoso Barreto

Expediente

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 002, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre anular Resolução de concessão de promoção por escolaridade adicional à servidora do Grupo de Atividades Defesa Social do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.301/2004 e o Decreto nº 44.769/2008.

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e, considerando o disposto no artigo 17 da Lei nº 15.301/2004, artigo 20 da Lei nº 15.470/2005 e o Decreto nº 44.769/2008. RESOLVE,

Art. 1º - ANULAR Resolução SEPLAG que concedeu promoção por escolaridade adicional a servidora relacionada no Anexo I, haja vista que a decisão judicial proferida nos autos do processo referente a servidora determinou realizar análise administrativa dos requisitos relativos à concessão da promoção.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2025.

LUÍSA CARDOSO BARRETO Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ANEXO I (a que se refere o art. 1º desta Resolução) Anular Resolução de concessão de promoção por escolaridade adicional

NOME	MASP	ADM	CARGO	NÍVEL ATUAL	GRAU ATUAL	Vigência	Resoluções anuladas	Processos judiciais de Promoção por escolaridade
Sumatra Rossi Ferreira	1355060-3	1	TPAG	III	A	21/06/2022	Resolução SEPLAG Nº 037, publ. 30/04/2024, pág. 46	5231234-50.2022.8.13.0024

RESOLUÇÃO SEPLAG Nº 003, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre conceder promoção e progressão aos servidores do Grupo de Atividades de Gestão e do Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais e o Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo, de que tratam as Leis nº 15.470 de 13 de janeiro de 2005 e 15.301 de 10 de agosto de 2004.

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VI do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado e, considerando o disposto no artigo 16 da Lei nº 15.470/2005 e art. 14 e 15 da Lei nº 15.301/2004. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder PROMOÇÃO aos servidores constantes no Anexo I desta Resolução, das carreiras de Gestor Governamental – GGOV e Técnico Assistente da PC e Atividades Governamentais – TPAG, lotados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que atendem ao disposto no artigo 15 da Lei nº 15.301/2004 e artigo 17 da Lei nº 15.470/2005.

Art. 2º - Conceder PROGRESSÃO aos servidores constantes no Anexo II desta Resolução, das carreiras de: Agente Governamental – AGOV, Gestor Governamental – GGOV, Médico Perito – MP, Oficial de Serviços Operacionais – OSO, Auxiliar de Serviços Governamentais – AUSG, Auxiliar da PC e Atividades Governamentais – APAG, Analista da PC e Atividade Governamentais – ANPAG e Técnico Assistente da PC e Atividades Governamentais – TPAG, lotados na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que atendem ao disposto artigo 16 da Lei nº 15.470/2005 e artigo 14 da Lei nº 15.301/2004.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos às datas de vigências apontadas nos Anexos I e II.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2025.

LUÍSA CARDOSO BARRETO Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

ANEXO I (a que se refere o art. 1º desta Resolução) Promoção

Nome Servidor	MASP	Adm	cargo efetivo	Nível atual	Grau atual	Nível novo	Grau novo	Vigência
ERENIO JADERSON DE SOUZA	1231114/8	2	GGOV	I	D	II	A	01/01/2025
FABIANO DE CARVALHO MOREIRA	13612825	1	TPAG	I	D	II	A	19/02/2023

ANEXO II (a que se refere o art. 2º desta Resolução) Progressão

Nome Servidor	MASP	Adm	cargo efetivo	Nível atual	Grau atual	Nível novo	Grau novo	Vigência
AGNALDO LUIZ DOS SANTOS	355126/4	1	GGOV	IV	B	IV	C	05/01/2025
ANA EDWIGES DE OLIVEIRA	914473/4	1	AGOV	V	A	V	B	09/12/2024
ALINE CRISTINA FELIX RABELO PETERSEN	1369633/1	1	GGOV	II	A	II	B	01/01/2025
ALVARO LUIZ VICENTE NOGUEIRA	364911/8	1	OSO	IV	H	IV	I	01/01/2025
ANA LETICIA ANTUNES DIB	1367430/4	1	MP	IV	A	IV	B	01/01/2025
ANDERSON CLINTON MARTINS	904381/1	1	TPAG	V	B	V	C	01/01/2025
ARIOVALDO RIBEIRO MERLO	1369643/0	1	GGOV	II	A	II	B	01/01/2025
BRUNA MIRANDA ALVES GUIMARAES	1363152/8	1	TPAG	II	A	II	B	11/01/2025
CARMEN DA COSTA E SILVA	1377071/4	1	AGOV	II	A	II	B	01/01/2025



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 3202501132354450119.